

SANTOS, Katiúscia Montoril dos. **Política Linguística e Ensino da Línguas Estrangeiras no estado do Amapá: um estudo em um contexto fronteiriço**. [S.l.]: Dialética, 2020. E-book.

O ENSINO DA LÍNGUA ESTRANGEIRA NO NORTE DO BRASIL

Autor: Lucas Amâncio Mateus¹

A obra intitulada Política Linguística e Ensino de Línguas Estrangeiras no estado do Amapá: um estudo em um contexto fronteiriço é de relevância para atribuir um novo significado e fomento no ensino de línguas estrangeiras no estado do Amapá. Trata-se de uma obra crítica e inovadora, que está galgando novas perspectivas de uma Política Linguística pertencente unicamente ao Amapá e para o ensino da língua estrangeira no estado, baseada em critérios sociolinguísticos, históricos e culturais.

O estado do Amapá faz divisa com a Guiana Francesa e com o Suriname, este caracterizado por ser plurilíngue, ou seja, possui uma grande diversidade de línguas faladas pelos locais. As línguas pertencentes à localidade são o português, francês, línguas indígenas, inglês, Patoá e Crioulo Francês. O ensino e a aprendizagem da língua estrangeira no Brasil perpassam pelo desenvolvimento social, cultural, profissional e está inerente ao novo mundo diversificado e globalizado. A obra tem como base os autores Calvet, Rajagopalan, Spolsky, entre outros, e inclui aspectos históricos e geográficos, atitudes e comportamentos que estão inerentes ao tema de estudo.

A política linguística torna-se de suma importância para o processo de gestão de ensino-aprendizagem, pois há situações, durante o ensino, que deixam os alunos atônitos perante o processo de aprendizagem, ocasionado algumas dificuldades, uma vez que existe uma língua tida como oficial e é preciso assegurar sua natureza institucionalizada. Desse modo, se faz necessário que todos os envolvidos, nesse processo educacional, estejam atentos a essas dificuldades, analisando se elas existem há certo tempo ou são momentâneas, pois se forem descobertas, precocemente, podem auxiliar no desenvolvimento do aprendizado no ensino de línguas, pois

¹ Mestrando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia. Graduado em Administração pela mesma universidade e Licenciado em Letras Português/Inglês pela Universidade de Franca. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0101102792314230>. E-mail: lucasamanciomateus@gmail.com.

muitas vezes este ensino vai contra a Política Linguística Vigente.

Nesse contexto, o planejamento linguístico pode considerar vários aspectos para sua elaboração, como a promoção de línguas, criação de escolas bilíngues, para o desenvolvimento de duas línguas, a L1 e a L2. De forma mais eficaz, se faz necessário que a aquisição da L2 seja desde a infância, podendo ocorrer algumas interferências no desenvolvimento da aquisição da linguagem. Contudo, as vantagens cognitivas são essenciais para as habilidades sociolinguísticas, afetivas, psicológicas e políticas. Assim, “Os caminhos da Educação e da Educação Bilíngue no Brasil parecem reconhecer que a sala de aula do século XXI é aquela em que o estudante não é mero coadjuvante, mas sim agente de sua aprendizagem” (MEGALE, 2020, p. 74).

No estado do Amapá, existem línguas que são pouco usadas por falantes locais, como as línguas indígenas, nesse contexto surge a Política Linguística com regras e planejamento linguístico rígido, pois assim, “interessa-nos observar a modalidade com que a inteligência trata o objeto, reconhece-o, discrimina-o em sua própria legalidade, conecta-o à sua experiência e o utiliza adequadamente (FERNÁNDEZ, 1991, p.220).

A criação do MERCOSUL, e os acordos bilaterais, tem elevado o número de pesquisadores a analisar a Política Linguística, com suas particularidades e complexidades linguísticas no contexto Fronteiriço. Assim é necessário ressaltar que não há como desenvolver competência e habilidade separando a língua com relação as suas formas e usos. Diante do exposto, entende-se a importância para a formação do professor, no contexto ensino-aprendizagem, pois o educador precisa ter habilidades e conhecimentos teóricos.

A obra traz uma análise documental à luz da LDB nº 9.394/96, a Lei nº 11.161/05, as Resoluções do Conselho Estadual de Educação do Estado do Amapá nº 077/99-CEE/AP e 049/16-CEE/AP, os PCN e as OCEM-LE, e documentos inerentes a temática para verificar a inserção do ensinamento da Política Linguística e para o ensino da Língua estrangeira visando à aquisição de conhecimento pelo falante, para que esse possa expandir sua gama de possibilidade nos diversos contextos em que essa aquisição possa proporcionar, inclusive no âmbito profissional.

Além disso, foi realizada uma pesquisa de campo, em três escolas da rede estadual do estado do Amapá entre novembro de 2015 a fevereiro de 2016, cujo intuito foi embasar toda a parte documental através de entrevistas semiestruturadas com as equipes gestoras e professores. Nesse contexto, o ensino da Língua Estrangeira procurou servir para estimular as competências dos professores, bem como proporcionar aos gestores uma preparação e a aplicação dos conhecimentos às temáticas relacionadas com o cotidiano.

A Política Linguística dentro do âmbito da Língua estrangeira tem por objetivo levar a todos os níveis de ensino-aprendizagem uma forma de aprendizagem holística, fortalecendo valores e atitudes com a finalidade de permitir o desenvolvimento global do ser humano, vinculando ao projeto a interdisciplinaridade inserida nos principais conceitos básicos de aquisição de linguagem, atreladas a ferramentas de aprendizagem bastante motivadoras e adequadas, que semeiem com atitudes positivas os falantes da localidade. Diante disso, conforme a Declaração Universal dos Direitos humanos, no seu art. 19, “Todo ser humano tem direito a liberdade de expressão e sua opinião.” Independente do meio de comunicação.

Assim, por meio da pesquisa realizada ficou evidenciado que é necessário discutir o ensino da Língua Estrangeira, principalmente no Brasil, que tem estudos recentes, e que ocorram de maneira aprofundada, para que seja possível avançar em ações voltadas para a melhoria do ensino da Língua estrangeira, através de um ensino de qualidade para o ensino de línguas, assim como maior criação de centros de línguas estrangeiras.

Diante disso, para a efetivação de Políticas Linguísticas para o ensino da Língua estrangeira, essa deve estar vinculada à valorização do professor, à importância de cursos contínuos para a formação deste, à participação dos alunos com propostas de incentivo, além da inclusão, quando possível, da comunidade no contexto escolar. Além disso, o aprimoramento das gestões com tomadas de decisões para o pensamento coletivo e eficaz, podem aproximar cada vez mais as propostas pedagógicas às necessidades e interesses dos alunos, e assim contribuir para o fomento do ensino da Língua no estado do Amapá.

REFERÊNCIAS

FERNÁNDEZ, Alicia. *A Inteligência Aprisionada*. Tradução: Iara Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

MEGALE, A. (org.). *Desafios e Práticas na Educação Bilíngue*. São Paulo: Fundação Santillana, 2020. v.2.